

Economia.

Levantamento aponta que serviço de internet é ruim
Págs. 40 e 41

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

PORTOS AMEAÇADOS

LOCALIZAÇÃO EM ÁREA

PÚBLICA CRIA IMPASSE

Só decreto do governo federal pode ajudar Imetame e Portocel

✎ **RITA BRIDI**
rbridi@redgazeta.com.br

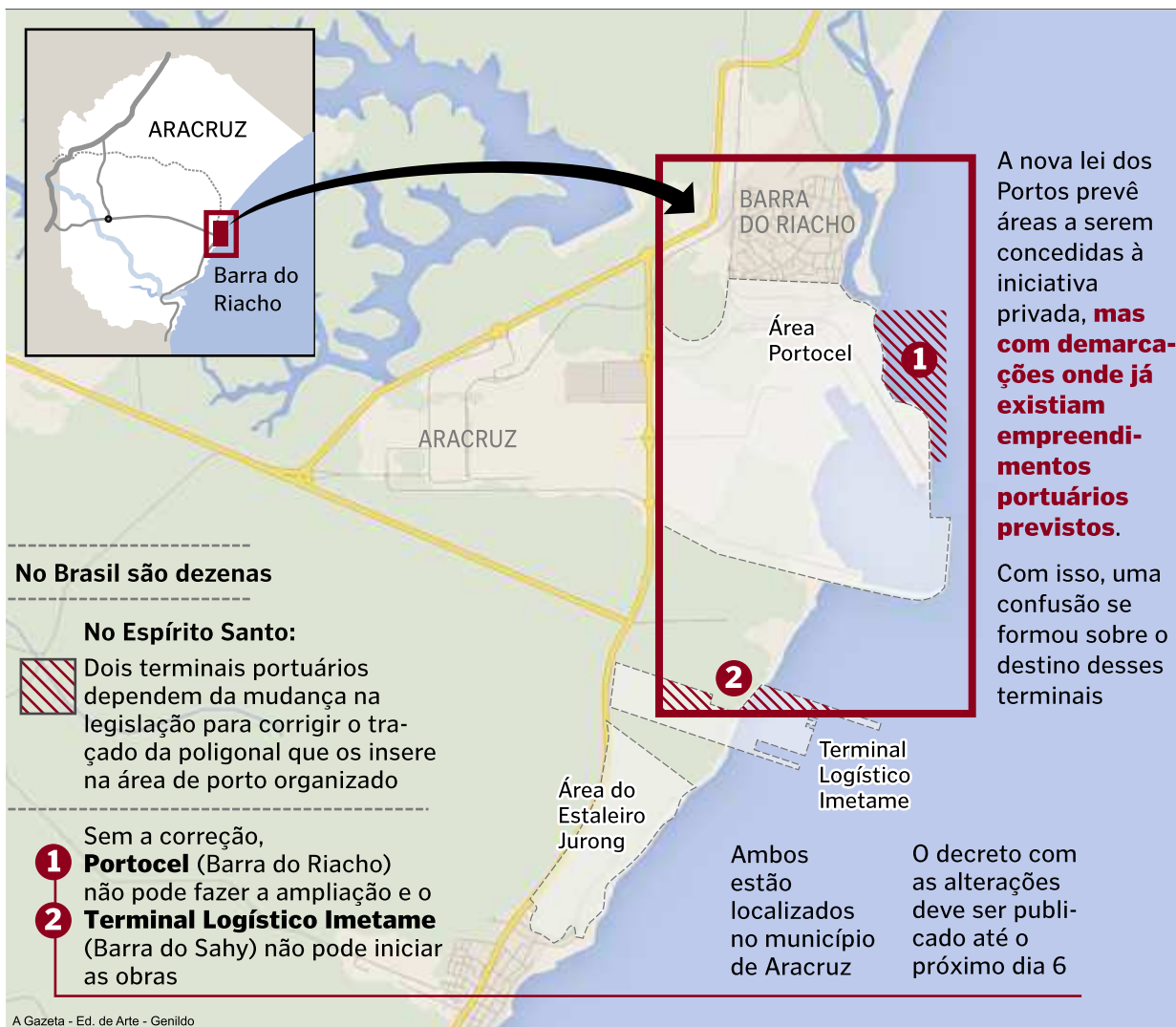
A nova Lei dos Portos (nº12.813/2013), na prática, impede a instalação de terminais privados dentro das chamadas áreas de porto organizado. A proibição atinge em cheio dois empreendimentos portuários no Espírito Santo, que estarão, em parte, justamente dentro da área de porto público. A construção do porto da Imetame e a duplicação de Portocel, ambos em Aracruz, estão na linha do impasse.

A solução para o problema virá no decreto que deverá ser editado pelo governo federal até o próximo dia 6, com a finalidade de corrigir o traçado das poligonais que impedem projetos privados. As poligonais são as linhas traçadas para delimitar, em todo o país, as áreas de porto organizado ou porto público.

A subsecretária de Comércio Exterior e Relações Internacionais, Mayhara Chaves, disse que há, pelo país, em todas as regiões, vários terminais privativos na mesma situação. Ou seja, estão impedidos pela legislação, de sair do papel. Sejam projetos de novos portos ou ampliação daqueles já existentes.

Sem a correção da poligonal, a implantação dos projetos fica inviabilizada. Isso porque parte do empreendimento (a que ficaria fora da poligonal) poderia ser construída e operada como terminal de uso privativo (TUP), e a outra parte (a que estaria dentro da poligonal) teria

POLIGONAL DA DISCÓRDIA



que se submeter às regras do porto organizado, com a realização de licitação, inclusive.

Essas pendências atrapalham os investimentos, frisa Mayhara. No caso específico do Espírito Santo, a Imetame não pode – por não ter autorizações do governo federal – iniciar a construção do Terminal Industrial, em Barra do Sahy, voltado para aten-

der às necessidades do setor de petróleo e gás. E a ampliação de Portocel, terminal especializado no embarque de celulose, também fica na gaveta.

E a legislação não permite que um empreendimento seja construído parte com as regras de terminal privativo e parte obedecendo a legislação de porto organizado. Além de a legislação não

permitir, ficaria muito difícil para o empreendedor operar um terminal em que tenha que se obedecer às regras de porto privativo (em uma parte) e as regras de porto público em outra parte.

TERMINAIS

O terminal da Imetame tem investimento previsto de R\$ 300 milhões e o foco do empreendimento é a

montagem de equipamentos e estruturas que serão utilizados nas plataformas que ficam nos campos petrolíferos. O projeto já recebeu a licença de instalação (LI) e a previsão é que as obras comecem ainda neste ano e estejam concluídas em dois anos.

O terminal será construído em área de 540 mil metros quadrados e terá seis berços cobertos, equipados

EXPECTATIVA



“Nossa expectativa é que o decreto que vai corrigir as deficiências seja editado até o dia 6 do próximo mês”

MAYHARA CHAVES
SUBSECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

com pontes rolantes de 25 toneladas, para operação de embarcações de apoio às plataformas que ficam nos campos petrolíferos. O berço terá 400 metros e extensão e profundidade de 16 metros.

O projeto de expansão de Portocel também tem licença de instalação (LI), mas não há data definida para o início das obras. O projeto, de acordo com informações obtidas junto à assessoria de imprensa, está sendo revisado em função do novo marco regulatório dos portos.

A versão inicial do projeto de duplicação indicava a movimentação de carga geral e de contêineres como principal foco. Mas, com a decisão de rever o projeto, a empresa preferiu não antecipar as informações da duplicação do porto, incluindo o montante a ser investido.